



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE CONTRATOS**  
**COORDENAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

**CONTRATO Nº 129/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO E A**  
**EMPRESA NORNE ARQUITETURA LTDA.**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**, autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Avenida Professor Moraes Rego, nº 1235, Cidade Universitária, Recife, PE, CEP 50670-901, inscrita no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Prof. Alfredo Macedo Gomes, portador da Matrícula Funcional nº 1171268, nomeado pelo Decreto de 10 de outubro de 2023 da Presidência da República Federativa do Brasil, publicado no Diário Oficial da União nº 195, Seção 2, p. 1, de 11 de outubro de 2023, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a **NORNE ARQUITETURA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.540.649/0001-73, sediada na Avenida Barbosa Lima, nº 149, sala 413, bairro do Recife, Recife, PE, CEP 50030-330, e-mail: [arq.pedrovaladares@gmail.com](mailto:arq.pedrovaladares@gmail.com), [nornearquitectura@gmail.com](mailto:nornearquitectura@gmail.com), telefone: (81) 99959.4464, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Pedro Henrique Cabral Valadares, sócio-administrador, conforme ato constitutivo da empresa acostado como **doc. 65** do processo administrativo adiante indicado, tendo em vista o que consta no **Processo nº 23076.103182/2025-75** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente de **Inexigibilidade de Licitação nº 32/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual para a elaboração de Projeto Executivo de Restauro da Faculdade de Direito do Recife, bem como seus projetos complementares, incluindo a compatibilização dos projetos e a elaboração do orçamento para obra posterior, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Projeto Executivo de Restauro e respectivos projetos complementares	78	Unidade	1	R\$ 1.198.000,00	R\$ 1.198.000,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência (**doc. 23** do processo administrativo indicado no preâmbulo deste contrato);
  - 1.3.2. O Projeto Básico;
  - 1.3.3. Autorização da Inexigibilidade de Licitação (**doc. 37** do processo administrativo indicado no preâmbulo deste contrato);
  - 1.3.4. A Proposta da CONTRATADA (**doc. 8** do referido processo);
  - 1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.
- 1.5. O objeto da contratação tem a natureza de serviços especiais de engenharia.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, contemplando os eventos explicitados no Termo de Referência.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas neste instrumento.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

- 5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 1.198.000,00 (um milhão, cento e noventa e oito mil reais)**, conforme custos unitários apostos em anexo.
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. São obrigações da CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Atestar a nota fiscal/fatura após o recebimento definitivo do objeto, o qual se dará após a conclusão do produto;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

8.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.8. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

8.1.9.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.9.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA;

8.1.9.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA;

8.1.9.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.9.5. demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

- 8.1.9.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA.
- 8.1.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- 8.1.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.11.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 8.1.13. Comunicar a CONTRATADA na hipótese de posterior alteração do projeto pela CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 8.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
- 8.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- 8.1.18. Manter arquivado junto ao processo administrativo ao qual está vinculado o presente instrumento toda a documentação a ele referente.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. É de responsabilidade da contratada a observância de leis, decretos, regulamentos, portarias e toda e qualquer norma aplicável ao objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, seja federal, estadual ou municipal;



- 9.3. Os projetos complementares e serviços a serem desenvolvidos deverão ser produzidos por profissionais devidamente habilitados nos respectivos órgãos de classe (CREA ou CAU), devendo os autores emitir RRT ou ART para todas as atividades desenvolvidas;
- 9.4. Será de inteira responsabilidade da contratada o pagamento de ART, RRT e qualquer outra taxa exigida por órgão de classe e/ou órgão público para o desenvolvimento do objeto do presente Contrato.
- 9.5. Apresentar as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs (CREA) e/ou os Registros de Responsabilidade Técnica – RRTs (CAU) dos serviços referentes ao objeto da presente dispensa de licitação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a partir do recebimento da ordem de serviço e da nota de empenho correlatas;
- 9.6. A coordenação e compatibilização dos projetos de engenharia deverá ser realizada em perfeita consonância com o projeto arquitetônico;
- 9.7. A CONTRATADA deverá informar à Supercult todos os conflitos que porventura surgirem entre os projetos;
- 9.8. Todos os projetos complementares deverão ser desenvolvidos em perfeita compatibilidade com a metodologia de desenvolvimento e documentação de projetos utilizada pela Diretoria de Planos e Projetos;
- 9.9. A CONTRATADA deverá analisar previamente todos os documentos constantes no edital, inclusive todos os projetos já desenvolvidos pela Diretoria de Planos e Projetos (DPP) da UFPE, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços ou prorrogações contratuais.
- 9.10. A CONTRATADA deverá analisar previamente todos os documentos constantes no edital, inclusive todos os projetos já desenvolvidos pela Diretoria de Planos e Projetos (DPP) da UFPE, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços ou prorrogações contratuais.
- 9.11. A CONTRATADA deverá manter a confidencialidade das atividades desenvolvidas durante e após a execução do objeto do presente Contrato e seus anexos, somente podendo divulgar qualquer informação mediante autorização expressa da Universidade Federal de Pernambuco.
- 9.12. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.13. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.15. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.15.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.15.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.15.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;

9.15.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.15.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.16. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.17. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.18. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.19. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.20. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.21. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.24. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

9.25. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

- 9.26. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.27. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.28. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.29. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.30. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.31. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.32. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.33. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.34. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.35. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.35.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.36. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.37. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.38. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.39. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

- 9.40. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.41. Garantir o acesso da CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.42. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.43. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.44. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.45. Efetuar comunicação à CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.46. Assumir inteira responsabilidade técnica pela elaboração do produto, correndo por sua conta todos os ônus, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, licenças e outras despesas concernentes à execução dos serviços;
- 9.47. A contratada deverá ceder à Universidade Federal de Pernambuco os direitos autorais patrimoniais disponíveis de todos os projetos desenvolvidos .
- 9.48. Os projetos deverão ser desenvolvidos em consonância com o Manual de Obras Públicas – Edificações, práticas da SEAP e no MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA PADRONIZAÇÃO DE PROJETOS E ORÇAMENTO da UFPE (Anexo II, do Projeto Básico);
- 9.49. Será de responsabilidade da contratada todo o processo de tramitação e aprovação dos projetos junto aos órgãos públicos e às concessionárias de serviços públicos, inclusive o pagamento de qualquer taxa necessária à aprovação dos projetos, assim como o cadastramento do(s) profissional(is) responsável(is);
- 9.50. A exigência prevista no inciso anterior aplica-se, inclusive, ao processo de aprovação do projeto junto aos órgãos de patrimônio FUNDARPE e IPHAN, assim como no Corpo de Bombeiros do Estado de Pernambuco.
- 9.51. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 9.52. Ceder à CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização da CONTRATADA.
- 9.52.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação

pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

9.53. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

9.54. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.55. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela CONTRATADA, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos;

9.55.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

9.56. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

9.57. Atender aos critérios de sustentabilidade definidos abaixo:

9.57.1. As diretrizes de sustentabilidade previstas neste projeto básico baseiam-se no art. 5º da Lei 14.133/2021; art. 4º, incisos I, III, V e VI, e art. 5º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012; art. 5º, incisos I, II e III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010; e art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

9.57.2. Além das diretrizes acima mencionadas, faz-se necessário observar as recomendações de soluções economicamente viáveis previstas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e

de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. A CONTRATADA apresentou garantia de execução contratual no valor de **R\$ 59.900,00 (cinquenta e nove mil, novecentos reais)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, por meio da apólice de seguro garantia nº 01-0775-0623020, nº 5841708, emitida em 15/12/2025, pela Junto Seguros S.A., com **vigência de 15/12/2025 a 15/06/2027**.

11.2. A apólice permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

- 11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.
- 11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 11.5.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - 11.5.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA; e
  - 11.5.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.
- 11.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 11.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 11.8. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.8.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
  - 11.8.2. Ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 11.9. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 11.10. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- 11.12. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no edital e neste contrato.
- 11.13. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são

aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:
- 13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
  - 13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - 13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - 13.8.3. Das indenizações e multas.
- 13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 13.10. A CONTRATANTE poderá ainda:
- 13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
  - 13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.
- 13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo



de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. A CONTRATADA é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: 15233/153090 – Pró-Reitoria de Extensão - PROEXT;
- II) Fonte de recursos: Tesouro;
- III) Programa de trabalho: 12.364.5113.8282.0026 - Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco;
- IV) Elemento de despesa: 4490.51 Obras e Instalações; e
- V) Plano interno: MSS25G430W7;
- VI) Nota de empenho: **2025NE00050 (doc. 43 do processo administrativo 23076.103182/2025-75).**

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de

Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO


18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Pernambuco, Seção Judiciária de Recife para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Recife, 16 de dezembro de 2025.

ALFREDO  
MACEDO  
GOMES:41972  
074415


Assinado de forma  
digital por ALFREDO  
MACEDO  
GOMES:41972074415  
Dados: 2025.12.16  
11:46:14 -03'00'

ALFREDO MACEDO GOMES  
Reitor  
Universidade Federal de Pernambuco  
CONTRATANTE


Documento assinado digitalmente  
 PEDRO HENRIQUE CABRAL VALADARES  
Data: 16/12/2025 08:11:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PEDRO HENRIQUE CABRAL VALADARES  
Sócio-administrador  
Norne Arquitetura Ltda.  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Documento assinado digitalmente  
 FERNANDO BATISTA DOS SANTOS  
Data: 16/12/2025 06:49:38-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1ª .....

Documento assinado digitalmente  
 EUDES DE ARIMATEA ROCHA  
Data: 16/12/2025 08:18:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2ª .....

## PRO-REITORIA P/ASS.CULT.INTERC.CIENTIF- UFPE

## Termo de Referência 30/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
30/2025	153090-PRO-REITORIA P/ASS.CULT.INTERC.CIENTIF- UFPE	IVO ALVES DE FREITAS	10/12/2025 18:27 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	32/2025	23076.103182/2025-75

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23076.103182/2025-75)

## TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual para a elaboração de Projeto Executivo de Restauro da Faculdade de Direito do Recife bem como seus Projetos Complementares, incluindo a compatibilização dos projetos, e a elaboração do orçamento para obra posterior , sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Unidade Medida	Quantidade	Unitário	Total
1	Projeto Executivo de Restauro e respectivos projetos complementares	78	Unidade	1	R\$ 1.198.000,00	R\$ 1.198.000,00

## Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. objeto da contratação tem a natureza de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

## Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

### **Prazo de vigência**

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados do recebimento da ordem de serviço e da nota de empenho correlacionadas, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 24134488000108-0-000009/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2024;

III) Id do item no PCA: 129;

IV) Classe/Grupo: 831 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA E DE GERÊNCIA/GESTÃO;

V) Identificador da Futura Contratação: 153090-32/2025.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

**4.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e no Estudo Técnico Preliminar:

**4.1.1.** Privilegiar o uso de ferramentas digitais nas fases de elaboração e apresentação dos projetos, visando o menor consumo de papel possível;

**4.1.2.** Previsão de soluções de projeto que favoreçam a eficiência energética, ventilação e iluminação natural, bem como o uso de materiais sustentáveis; e

**4.1.3.** Observância das diretrizes de gestão de resíduos da construção civil (Resolução CONAMA 307/2002) na elaboração dos memoriais e especificações técnicas.

### **Subcontratação**

**4.2.** É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **40% (quarenta por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

**4.3.** É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada, tendo em vista a

natureza de notória especialização do profissional principal:

**4.3.1.** Coordenação Geral dos Projetos;

**4.3.2.** Elaboração do Projeto Executivo de Arquitetura de Restauro; e

**4.3.3.** Elaboração do Diagnóstico e Mapa de Danos.

**4.4.** Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto (projetos complementares e serviços auxiliares):

**4.4.1.** Projetos de Engenharia (Estrutural, Elétrica, Hidrossanitária, Climatização, etc.);

**4.4.2.** Levantamento Topográfico; e

**4.4.3.** Sondagens e ensaios destrutivos, se necessários.

**4.5.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**4.6.** A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto, especialmente a regularidade junto ao CREA/CAU.

**4.7.** O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

**4.8.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **Garantia da contratação**

**4.9.** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total da contratação.

**4.10.** Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

**4.10.1.** A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

**4.10.2.** Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

**4.10.3.** A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**4.10.4.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

**4.10.5.** Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

**4.11.** Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

**4.12.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

**4.13.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**4.14.** Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

**4.14.1.** O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o

número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

**4.15.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

**4.15.1.** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**4.15.2.** multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

**4.15.3.** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

**4.16.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**4.17.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**4.18.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

**4.19.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**4.19.1.** O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**4.19.2.** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

**4.20.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

**4.20.1.** A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

**4.20.2.** A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

**4.21.** A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

**4.22.** O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

**4.23.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

**4.24.** A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## **Vistoria**

**4.25.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente junto à Superintendência de Projetos e Obras.

**4.26.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**4.27.** Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**4.28.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: imediato, a contar da emissão da ordem de serviço.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: Os serviços deverão ser desenvolvidos em conformidade com as etapas de Atualização do Levantamento Arquitetônico, Estudo de Danos, Projeto Executivo de Restauro, Projetos Complementares de Engenharia e Orçamento, observando as normas do IPHAN e demais órgãos competentes, conforme detalhado no Projeto Básico e na Proposta da Contratada.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: A execução obedecerá ao Cronograma Físico-Financeiro apresentado na proposta da Contratada, com prazo total de 12 (doze) meses.

5.1.4. As etapas de entrega e desembolso financeiro seguirão os marcos definidos no cronograma aprovado, iniciando-se com a Atualização do Levantamento e finalizando com a entrega das Planilhas Orçamentárias e Compatibilização.

### Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços de levantamento e vistorias serão prestados no seguinte endereço: Praça Adolfo Cirne, S/N - Boa Vista, Recife - PE (Faculdade de Direito do Recife), devendo o desenvolvimento dos projetos ocorrer nas dependências da Contratada.

5.3 Os serviços presenciais (vistorias e reuniões) serão prestados no seguinte horário: de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 17:00 horas, ou conforme agendamento prévio com a fiscalização.

### Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas estabelecidas no Projeto Básico, incluindo a obrigatoriedade de aprovação de cada etapa pela fiscalização antes do início da subsequente e a validação junto aos órgãos de preservação (IPHAN/DPPC).

### Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Equipamentos de topografia e medição de alta precisão (Estação Total, GPS Geodésico, Scanners a laser, Drones);

5.4.2. Softwares licenciados para desenvolvimento de projetos em plataforma BIM (Building Information Modeling) e CAD, bem como para orçamentação; e

5.4.3. Equipamentos de informática e plotagem adequados para a produção e entrega das peças gráficas e documentais exigidas..

### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Área construída da edificação de aproximadamente 9.106,19m<sup>2</sup> e terreno de 20.327,38m<sup>2</sup>;

5.5.2. Edificação tombada em nível federal (IPHAN) e municipal (ZEPH-17 SPR), exigindo notória especialização em restauro; e

5.5.3. Necessidade de projetos multidisciplinares (arquitetura, estrutura, instalações prediais, climatização, acústica, luminotécnica, entre outros) devidamente compatibilizados.

### **Especificação da garantia do serviço**

5.6. prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo da responsabilidade técnica profissional prevista no Código Civil Brasileiro (art. 618) pelo prazo de 05 (cinco) anos.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado **não necessitará** manter preposto da empresa no local da execução do objeto, devendo, contudo, disponibilizar canais de comunicação para contato imediato durante o horário comercial.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a



correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**6.13.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.14.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**6.15.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

**6.16.** A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

**6.16.1.** A conferência da adequação dos produtos entregues (etapas do projeto) às especificações técnicas e normas da ABNT e órgãos de preservação;

**6.16.2.** O acompanhamento do cumprimento do cronograma físico-financeiro; e

**6.16.3.** A verificação da responsabilidade técnica (ART/RRT) dos profissionais envolvidos na elaboração dos projetos.

**6.17.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**6.18.** As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

**6.19.** O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório ao final de cada etapa prevista no cronograma, atestando a entrega dos produtos pactuados.

### **Fiscalização Administrativa**

**6.20.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.21.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**6.22.** Na fiscalização do cumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas exigir-se-á a entrega, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços (ou juntamente com a Nota Fiscal/Fatura), ao setor responsável pela fiscalização do contrato, dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

**6.22.1.** Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

**6.22.2.** Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

**6.22.3.** Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

**6.22.4.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**6.23.** O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

**6.24.** A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

**6.25.** Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**6.26.** O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**6.27.** A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

### **Gestor do Contrato**

**6.28.** Cabe ao gestor do contrato:

**6.28.1.** Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os

registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**6.28.2.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.28.3.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**6.28.4.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**6.28.5.** Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**6.28.6.** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**6.28.7.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**7.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção.

**7.2.** Nos regimes de execução de empreitada por preço global será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

**7.3.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

**7.3.1.** não produziu os resultados acordados;

**7.3.2.** deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**7.3.3.** deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.4.** A utilização de critérios de medição de resultado não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**7.5.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

**7.5.1.** A entrega dos produtos (etapas de projeto) conforme o Cronograma Físico-Financeiro aprovado;

**7.5.2.** A aprovação técnica dos produtos pela Fiscalização e, quando couber, pelos órgãos de preservação (IPHAN); e

**7.5.3.** A entrega das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) quitados.

### **Recebimento**

**7.6.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **15 (quinze) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

**7.6.1.** Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

**7.6.1.1.** Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

**7.7.** O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**7.8.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

**7.9.** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

**7.10.** Para efeito de recebimento provisório, serão consideradas para fins de faturamento as etapas concluídas do Cronograma Físico-Financeiro.

**7.11.** Ao final de cada período/evento de faturamento:

**7.11.1.** o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

**7.11.2.** o fiscal administrativo deverá verificar a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

**7.12.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**7.13.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

**7.14.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

**7.15.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**7.16.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.17.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.18.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**7.18.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

**7.18.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

**7.18.3.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**7.18.4.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**7.18.5.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.19.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.20.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.21.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

**7.22.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa

**7.23.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.24.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.25.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

**7.26.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**7.27.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

**7.27.1.** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

**7.27.2.** identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.28.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

**7.29.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.30.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

**7.31.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

**7.32.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**7.33.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

**7.34.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

**7.35.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.36.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.36.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.37.** O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## Reajuste

**7.38.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de **1 (um) ano, contado da data de assinatura do contrato.**

**7.39.** Após o decurso do prazo de um ano mencionado no item anterior, e independentemente de pedido do Contratado, os preços serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Custo da Construção - Mercado (INCC-M/FGV)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.40.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.41.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.42.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.43.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.44.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.45.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## Cessão de Crédito

**7.46.** As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

**7.46.1.** A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

**7.46.2.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

**7.46.3.** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

**7.46.4.** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

**7.47.** O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**8.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.2.4.7.1. A substituição do profissional detentor da Notória Especialização (Responsável Técnico) sem a prévia e formal anuência da Administração, ou a sua ausência injustificada nas etapas críticas do projeto, sujeitará a Contratada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da rescisão contratual.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

**9.1.** A contratação será realizada de forma direta, nos termos do **art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, em razão da notória especialização do profissional **Arquiteto Pedro Valadares** e da empresa **Norne Arquitetura Ltda.** para a prestação de serviços técnicos especializados de natureza intelectual para restauro de bem tombado.

### Regime de Execução

**9.2.** O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço global**.

### CrITÉRIOS de Aceitabilidade de Preços

**9.3.** Será considerado aceitável o preço global compatível com o orçamento estimado da contratação e com os preços de mercado para serviços de mesma natureza e complexidade.

**9.3.1.** O licitante deverá apresentar planilha detalhada com memória de cálculo, para análise de compatibilidade.

### Exigências de Habilitação

**9.4.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação Jurídica

**9.5.** Apresentação do ato constitutivo (contrato social ou estatuto) e suas alterações devidamente registradas na Junta Comercial, com indicação dos representantes legais.

#### Regularidade Fiscal, Trabalhista e Previdenciária

**9.6.** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, o FGTS e a Justiça do Trabalho, conforme legislação em vigor.

**9.7.** Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

#### Qualificação Econômico-Financeira

**9.8.** Declaração de capacidade econômico-financeira, assinada por profissional habilitado na área contábil, atestando a idoneidade financeira para a execução do contrato. Alternativamente, poderá ser apresentado balanço patrimonial do último exercício social, devidamente assinado, que demonstre patrimônio líquido positivo.

**9.9.** Certidão negativa de falência.

#### Qualificação Técnica e Profissional

**9.10.** Registro da empresa no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em situação regular.

**9.11.** Comprovação de experiência técnica específica na execução de pelo menos 1 (um) projeto executivo de restauro para edificação tombada pelo IPHAN ou órgão estadual equivalente, nos últimos 5 (cinco) anos, por meio de atestados ou contratos. Esta experiência deve referir-se necessariamente aos serviços cuja subcontratação é vedada (Coordenação Geral, Diagnóstico e Projeto Executivo de Restauro).

**9.12.** Apresentação do **Arquiteto Pedro Valadares**, detentor da notória especialização, devidamente registrado no CAU, com comprovação de experiência específica em restauro (Certidão de Acervo Técnico - CAT ou equivalente).

**9.13.** Declaração de ciência das condições locais e do Termo de Referência.

### Disposições Finais

**9.14.** A documentação de habilitação deverá ser consistente (emitida em nome do mesmo CNPJ), ressalvadas as hipóteses legais de centralização de recolhimento tributário.

**9.15.** A inidoneidade ou falsidade de qualquer documento acarretará a desclassificação e as medidas legais cabíveis.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**10.1.** O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 1.198.000,00 (um milhão, cento e noventa e oito mil reais), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.



## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 153090 - Pró-Reitoria de Extensão da UFPE;

II) Fonte de recursos: TESOIRO/FUNCIONAMENTO DAS IFE'S;

III) Ação Orçamentária: 12.364.5113.8282 - Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); e

IV) Elemento de despesa: 339039 - Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

*Recife, 10 de dezembro de 2025.*

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

Maria da Conceição dos Reis  
Autoridade Competente

Mariana Brayner Cavalcanti Freire Bezerra  
Responsável pela Contratação Direta

## 13. ANEXO I

### ANEXO I

#### Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

**(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)**

Para esta contratação será firmado Termo de Contrato, não se aplicando elemtn

## 14. ANEXO II

### ANEXO II

## TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, NORNE ARQUITETURA LTDA. declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Inexigibilidade de Licitação nº 32/2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Recife, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

### 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARIA DA CONCEICAO DOS REIS**

Autoridade competente

**MARIANA BRAYNER CAVALCANTI FREIRE BEZERRA**

Responsável pela contratação direta

28 de novembro de 2025

Atte.: Carlos Falcão.

Em atendimento à vossa solicitação, segue a proposta para elaboração de **projeto arquitetônico executivo de restauro e projetos complementares de engenharia** do edifício que abriga a **Faculdade de Direito do Recife**, imóvel localizado na Praça Adolfo Cirne, s/n, Boa Vista, Recife-PE.

## OBJETO

O objeto desta proposta se divide em etapas distintas, subsequentes e complementares entre si, em conformidade com a alta complexidade do caso em questão e com as boas práticas profissionais no âmbito do patrimônio cultural e as exigências legais dos órgãos de preservação.

### 1. Atualização do levantamento arquitetônico existente

Consiste em vistoriar toda a edificação, que mede 9.106,19m² de área construída, e aferir metricamente todas as alterações físicas existentes em comparação com o levantamento arquitetônico mais recente, representando-as em sua totalidade, de maneira a representá-las graficamente em desenhos técnicos com todas as suas características arquitetônicas existentes com rigor, precisão e fidelidade, conforme as exigências normativas e legais, de modo a subsidiar a elaboração do projeto arquitetônico de restauro.

Nesta etapa, estarão representados em desenhos técnicos: plantas baixas, cortes, fachadas, plantas de piso, plantas de forro e detalhes de esquadria. Todos os desenhos estarão em escala conveniente para cada caso.

Nesta etapa, o produto será representado pelos seguintes desenhos e informações técnicas:

- Planta de situação;
- Planta de locação e coberta;
- Plantas baixas;
- Plantas de piso;
- Plantas de forro;
- Cortes;
- Fachadas;
- Quadro de esquadrias;
- Quadro de áreas;

- Quadro dos materiais de revestimento.

## 2. Modelagem em BIM

Consiste em elaborar um modelo tridimensional detalhado da edificação em programa BIM (*Building Information Modelling*), considerando os atributos construtivos e demais informações técnicas pertinentes, além das próprias características arquitetônicas da edificação.

A modelagem em BIM apresenta alto nível de complexidade pela precisão e realismo inerentes à esta metodologia, mas também pelo elevado grau de rebuscamento da edificação em questão, cujas particularidades não são padronizadas. Desta forma, a grande maioria dos componentes da modelagem será resultado de uma conjunção de elementos criados exclusivamente para este edifício. Este processo é denominado de HBIM (*Heritage Building Information Modelling*, cuja tradução livre é Modelagem da Informação de Edifícios Históricos).

## 3. Levantamento Topográfico

Trata-se da aferição métrica do terreno, considerando seu perímetro, que mede aproximadamente 20.327,38m<sup>2</sup>, com georreferenciamento no sistema SIRGAS 2000, locação de edificações, árvores de médio e grande porte (com dimensão do diâmetro do tronco e indicação da projeção da copa), muros, grades, passeios, bocas-de-lobo, bancos, caixas de passagem etc., com altimetria a partir de referência de nível ortométrica, representada por pontos cotados e curvas de nível espaçadas a cada 0,20m.

O levantamento topográfico será realizado com GPS Geodésico e Estação Total LEICA TS02 com acessórios.

## 4. Estudo de Danos

Consiste em identificar, descrever e analisar os principais danos existentes na edificação, interna e externamente, apontando suas origens, manifestações, áreas de abrangência e suas consequências. Tais danos serão representados graficamente em desenhos técnicos denominados **mapa de danos** e por meio de relatório técnico, descritivo e analítico, com documentação fotográfica, considerando pisos, paredes, forros e cobertas.

Os danos serão representados nos seguintes desenhos técnicos:

- Plantas de piso;
- Plantas de forro;
- Alvenarias internas e externas, inclusive ornamentos;
- Esquadrias;

- Zimbórios;
- Calçadas e gradis;
- Escadarias;
- Coberta;

Ao final do estudo, será apresentado um **diagnóstico do estado de conservação** geral do edifício e de sua área externa, em relatório técnico, evidenciando os danos mais significativos e os casos mais urgentes.

#### 5. Projeto arquitetônico executivo de restauro

Consiste na elaboração de **soluções técnicas para os danos** mapeados na etapa anterior, com proposição de recomposição dos trechos danificados, estabelecimento de diretrizes, especificação de materiais e processos compatíveis com os elementos preserváveis do imóvel, resultando em desenhos técnicos e relatório, atendendo às exigências e recomendações dos órgãos de preservação, em conformidade com a legislação vigente.

O projeto arquitetônico de restauro será representado nos mesmos desenhos técnicos apresentados no mapa de danos, mas com a representação dos serviços a serem adotados para solucionar cada dano mapeado.

#### 6. Projeto arquitetônico de reforma

Consiste em propor modificações internas na edificação para atender às novas demandas programáticas apresentadas, atendendo também aos critérios estabelecidos pelos órgãos de preservação, visando a salvaguarda dos atributos arquitetônicos do edifício.

Serão elaborados detalhes técnicos construtivos de onde for necessário, de modo a dar maior subsídio à elaboração do orçamento e à própria execução da obra.

Esta etapa será representada nos seguintes desenhos e informações técnicas:

- Plantas baixas;
- Plantas de piso (onde necessário);
- Plantas de forro (onde necessário);
- Cortes;
- Fachadas (se houver alterações físicas);
- Detalhes técnicos;
- Quadro de esquadrias (se necessário);
- Quadro de áreas;
- Quadro dos materiais de revestimento.

## **7. Compatibilização do projeto de acessibilidade existente**

Esta etapa se refere à uma revisão e compatibilização do projeto de acessibilidade existente, de autoria do corpo técnico da UFPE e já aprovado pelo Iphan, para se adequar à reforma proposta na etapa anterior, considerando o atendimento às necessidades programáticas e à normativa em vigor.

## **8. Projeto paisagístico**

Consiste na elaboração de um projeto para melhorias paisagísticas no terreno da edificação, com foco na preservação dos atributos mais significativos do seu traçado e de sua arborização, além de mobiliário, posteamento de iluminação etc.

## **9. Projetos complementares de engenharia**

Os projetos complementares de engenharia visam complementar o projeto arquitetônico para o pleno funcionamento da edificação, em atendimento às necessidades básicas de seus usuários e às normativas técnicas em vigor.

Neste caso, conforme solicitado, os projetos se dividem em:

- Instalações elétricas;
- Instalações hidrossanitárias;
- Luminotecnica;
- Climatização;
- Sonorização para ambientes especiais (salão nobre, anfiteatros e salas de aula);
- Acústica para ambientes especiais (salão nobre, anfiteatros e salas de aula);
- Circuito fechado de televisão (CFTV);
- Prevenção e combate a incêndio e pânico (PPCIP);
- Sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA);
- Cabeamento estruturado (rede/lógica).

## **10. Gerenciamento e compatibilização de projetos**

Refere-se à atividade técnica de conduzir todas as etapas constantes nesta proposta, de acordo com o cronograma e ordem cronológica pertinente, observando-se a harmonia entre as etapas e as disciplinas envolvidas, de modo a evitar conflitos projetuais, otimizando processos para resultados

concisos perante às normativas técnicas e as boas práticas da conservação e preservação do patrimônio edificado.

#### 11. Orçamento para a obra

A especificidade e a complexidade da edificação objeto desta proposta demanda a elaboração de uma planilha orçamentária de obra que atenda suas particularidades, contemplando os itens de serviços e materiais com seus respectivos custos para execução de obra, incluindo cronograma físico-financeiro, baseando-se nas tabelas SINAPI, Caixa Econômica e/ou Emlurb-Recife, além de cotação de mercado para os itens específicos de restauro que não são previstos nas mencionadas tabelas.

Este serviço será elaborado por responsável técnico especializado em planilhas orçamentárias de restauro de edificações históricas, devido às particularidades deste ramo.

#### Observações:

A atualização do levantamento arquitetônico será realizada por meio de equipamentos de alta precisão, à laser, com o auxílio de drone, para inspeção de trechos mais altos e de difícil acesso, e de fotogrametria, método que consiste em criar modelos tridimensionais fotográficos e ortofotografia que elevam a precisão de todo o trabalho.

Todos os desenhos técnicos serão elaborados em plataforma BIM (*Building Information Modelling*), que se baseia em modelagem tridimensional com informações dos atributos construtivos da edificação.

A representação gráfica de todos os desenhos técnicos atenderá à normativa técnica pertinente em vigor, por meio de plantas, cortes, fachadas e detalhes construtivos, em escala conveniente.

#### PRAZO

Para o pleno cumprimento dos serviços ora propostos, o prazo total é de até **365 (trezentos e sessenta e cinco)** dias, computados a partir da data acordada para início dos trabalhos.

#### Observações:

Faz-se necessário que o contratante garanta acesso irrestrito ao imóvel, interna e externamente, para todos os integrantes da equipe que necessitará de acesso a todos os cômodos, para que a totalidade das características do objeto do trabalho sejam adequadamente inspecionadas.

O prazo acima considera o tempo efetivo para elaboração de cada etapa do projeto, não considerando, portanto, o tempo de análise e aprovação por parte dos órgãos (prefeitura, Fundarpe, Iphan e Bombeiros).

#### HONORÁRIOS

Para a elaboração dos serviços acima descritos, os honorários profissionais importam em **R\$ 1.198.000,00 (um milhão cento e noventa e oito mil reais)**, a serem quitados em parcelas mediante entrega de cada etapa do projeto, conforme cronograma preliminar em anexo, o qual poderá ser ajustado mediante entendimentos entre nossa equipe e a contratante, conforme suas necessidades e exequibilidade técnica.

Estão inclusos nos honorários todos os custos operacionais necessários à elaboração do serviço proposto, como remuneração de equipe profissional, elaboração de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), impressões, deslocamentos e afins.

Os honorários estão em conformidade com o que estabelece a Resolução nº 64/2013 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

Não estão inclusos nos honorários o pagamento das taxas de aprovação do projeto cobradas pela prefeitura ou quaisquer outros órgãos, mas as eventuais exigências projetuais emitidas pelas entidades, pertinentes ao projeto em questão, serão devidamente cumpridas, exceto as que demandem a elaboração de serviços e/ou produtos não constantes na presente proposta.

#### PRODUTO FINAL

O produto final do serviço ora proposto consistirá em um conjunto de desenhos técnicos, os quais atenderão às normas e exigências legais pertinentes em vigor, bem como o relatório técnico, com o estudo de danos, o diagnóstico do estado de conservação, o projeto arquitetônico executivo de restauro com as orientações para solução de todos os danos mapeados e os projetos complementares de engenharia.



**VALIDADE**

A presente proposta para elaboração de serviços de arquitetura possui validade de 180 (cento e oitenta) dias.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para os esclarecimentos que se façam necessários.

Cordialmente,

**Pedro Valadares**

Arquiteto e urbanista  
CAU nº A52911-7

ANEXO

Cronograma físico-financeiro

Etapa	30 dias R\$	60 dias R\$	90 dias R\$	120 dias R\$	150 dias R\$	180 dias R\$	210 dias R\$	240 dias R\$	270 dias R\$	300 dias R\$	330 dias R\$	360 dias R\$	Total R\$
Atualização do lev. Arq.	22.500,00	22.500,00											45.000,00
Modelagem em BIM	16.666,67	16.666,67	16.666,67										50.000,00
Levantamento topográfico		30.000,00											30.000,00
Análise arquitetônica			70.000,00	70.000,00									140.000,00
Estudo de danos				15.000,00									15.000,00
Prospecções pictóricas					125.000,00	125.000,00							250.000,00
Projeto de restauro						40.000,00	40.000,00						80.000,00
Projeto de reforma							15.000,00						15.000,00
Proj. Acessibilidade							40.000,00	40.000,00					80.000,00
Projeto paisagístico								30.000,00	30.000,00	30.000,00			90.000,00
Instalações elétricas								8.333,33	8.333,33	8.333,33			25.000,00
Instalações hidrossanitárias								20.000,00	20.000,00	20.000,00			60.000,00
Luminotecnica								13.333,33	13.333,33	13.333,33			40.000,00
Climatização								16.666,67	16.666,67	16.666,67			50.000,00
Sonorização								11.666,67	11.666,67	11.666,67			35.000,00
Acústica								6.000,00	6.000,00	6.000,00			18.000,00
CFTV								8.333,33	8.333,33	8.333,33			25.000,00
PCIP								5.000,00	5.000,00	5.000,00			15.000,00
SPDA								8.333,33	8.333,33	8.333,33			25.000,00
Cabeamento estruturado	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	60.000,00
Gerenc. e compat. Proj.											25.000,00	25.000,00	50.000,00
	44.166,67	74.166,67	91.666,67	90.000,00	130.000,00	170.000,00	100.000,00	172.666,67	132.666,67	132.666,67	30.000,00	30.000,00	1.198.000,00

Este cronograma físico-financeiro consiste em uma proposta preliminar, podendo haver um novo cronograma resultante de entendimentos entre nossa equipe e a contratante, conforme suas necessidades e exequibilidade técnica.

## INDICAÇÃO DE PREPOSTO

(Artigo 44 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão)

Referência:  
**Contrato nº 129/2025**

A empresa Norne Arquitetura Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 50.540.649/0001-73, sediada na Av. Barbosa Lima, nº 149, sala 413, bairro do Recife, Recife-PE, CEP 50030-330, visando à execução do Contrato nº 129/2025, INDICA como preposto para representá-la junto à Universidade Federal de Pernambuco, o Sr. Pedro Henrique Cabral Valadares, arquiteto e urbanista, sócio-proprietário, portador da Carteira de Identidade nº 4207616, SDS-PE, e CPF nº 02376678439, cujos poderes e deveres em relação à execução do referido contrato são os seguintes:

### Poderes:


- Ser o interlocutor formal da contratada junto ao órgão/entidade contratante, recebendo notificações, orientações, solicitações ou reclamações que digam respeito à execução do contrato.
- Assumir autoridade para firmar ou homologar comunicações da contratada com o contratante relativas à prestação dos serviços.
- Tomar decisões ou dar encaminhamento operacional para a execução dos serviços contratados, dentro dos limites e condições contratuais estabelecidos.
- Representar a contratada perante a fiscalização contratual, o gestor e os fiscais designados pela Administração.

**Deveres:**

- Garantir que a contratada atue em conformidade com o contrato, os requisitos técnicos, os prazos, os níveis de qualidade previstos e demais obrigações contratuais.
- Manter comunicação adequada com o órgão contratante: responder às demandas, notificações ou relatórios enviados, acatar provisões ou solicitações de providências imediatas, quando exigido.
- Assegurar a disponibilização dos meios necessários para a administração contratante exercer a fiscalização, como acesso a informações, registros, documentação, relatórios de execução etc.
- Manter vínculo com a contratada para as questões de responsabilidade pela execução do contrato, e assegurar a continuidade e regularidade do serviço.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Recife, 15 de dezembro de 2025

Documento assinado digitalmente  
 PEDRO HENRIQUE CABRAL VALADARES  
Data: 15/12/2025 15:49:08-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Pedro Henrique Cabral Valadares  
Sócio-proprietário  
nørne arquitetura Ltda.  
cnpj: 50.540.649/0001-73